

AS LÍNGUAS NAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO EM IES DA REGIÃO NORDESTE

Lucas Natan Alves dos Santos*

Elaine Maria Santos**

RESUMO

O presente trabalho objetiva identificar as línguas (não) mencionadas em políticas linguísticas com vistas à internacionalização de Instituições de Ensino Superior (IES) da Região Nordeste do Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, interpretativista e documental que está situada na Linguística Aplicada transgressiva/suleada. Para atingir o objetivo proposto, foram analisadas 16 políticas linguísticas de 16 IES nordestinas. Como principais achados, percebemos que muitas instituições mencionaram em seus documentos as línguas já trabalhadas e presentes nos seus contextos através dos cursos do Idiomas sem Fronteiras, como também deram atenção à inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Palavras-chave: Políticas Linguísticas, Internacionalização, Idiomas sem Fronteiras.

** Lucas Natan Alves dos Santos é Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe e bolsista CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2798-4508>. E-mail: lucasnatanpopteen@gmail.com

** Elaine Maria Santos é Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Letras pela UFS e professora de Língua Inglesa da mesma instituição, no Departamento de Letras Estrangeiras. A docente também atua no Programa de Pós-graduação em Letras da UFS e é a atual Coordenadora Nacional da Rede Andifes IsF-Inglês. Orcid - <https://orcid.org/0000-0001-6376-2932>. E-mail: elainemaria@academico.ufs.br

THE LANGUAGES IN THE LANGUAGE POLICIES FOR INTERNATIONALIZATION IN BRAZILIAN NORTHEAST HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

ABSTRACT:

This study aims to identify the (un)mentioned languages in language policies related to the internationalization of Higher Education Institutions (HEIs) in the Northeast Region of Brazil. It is a qualitative, interpretative, and documentary research situated in the field of Applied Linguistics within a transgressive/from the South perspective. To achieve the proposed objective, we analyzed 16 language policies of 16 HEIs located in the Brazilian Northeast. As the main findings, we observed that many institutions mentioned in their documents the languages already addressed and present in their contexts through the Languages without Borders courses; also, they paid attention to the inclusion of Brazilian Sign Language (LIBRAS).

Keywords: Language policies, Internationalization, Languages without Borders.

LOS IDIOMAS EN LAS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA LA INTERNACIONALIZACIÓN EN INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE LA REGIÓN NORESTE

RESUMEN:

El presente trabajo tiene como objetivo identificar los idiomas (no) mencionados en las políticas lingüísticas con miras a la internacionalización de las Instituciones de Educación Superior (IES) de la Región Noreste de Brasil. Se trata de una investigación cualitativa, interpretativa y documental que se encuentra en el campo de la Lingüística Aplicada transgresora/suleada. Para lograr el objetivo propuesto, se analizaron 16 políticas lingüísticas de 16 IES del noreste. Como principales hallazgos, se observó que muchas instituciones mencionaron en sus documentos los idiomas ya trabajados y presentes en sus contextos a través de los cursos de Idiomas sin Fronteras, así como pusieron atención a la inclusión de la Lengua Brasileña de Señas (LIBRAS).

Palabras clave: Políticas Lingüísticas, Internacionalización, Idiomas sin Fronteras

1. INTRODUÇÃO

A escrita deste texto surge a partir de uma comunicação oral¹ de mesmo título apresentada pelo primeiro autor² no XI Encontro dos Pesquisadores Iniciais das Humanidades - IHI!, realizado pelo Programa de Educação Tutorial do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em novembro do ano de 2022. Por sua vez, a pesquisa e os resultados que aqui serão apresentados e discutidos são um recorte oriundo do projeto “Pesquisas nas políticas linguísticas em busca de ações de internacionalização e a relação com IsF”, materializado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFS entre 2021 e 2022. O projeto foi coordenado pelo Prof. Dr. Rodrigo Belfort Gomes e pela Profa. Dra. Elaine Maria Santos e apoiado com bolsa IC do CNPq, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agência a qual manifestamos nossos agradecimentos.

O objetivo deste trabalho, então, é identificar as línguas (não) mencionadas em políticas linguísticas com vistas à internacionalização de Instituições de Ensino Superior (IES) da Região Nordeste do Brasil. Para isso, na seção seguinte, trazemos uma discussão sobre o processo de internacionalização da educação superior, com um olhar voltado para o Brasil, abordando ainda o Programa Idiomas sem Fronteiras e os estudos sobre colonialidades envolvendo esse processo. Em seguida, apresentamos uma breve historização e discussão sobre o campo de Política Linguística. E, antes de finalizarmos com algumas considerações, apresentamos os caminhos metodológicos e os resultados desta pesquisa.

2. O IDIOMAS SEM FRONTEIRAS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO/NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Nas últimas décadas, o verbo internacionalizar se tornou um objetivo que aparece com frequência no âmbito da educação superior brasileira, seja no vocabulário dos administradores/agentes da prática das instituições, seja em projetos, portarias, políticas linguísticas, dentre outros documentos. O processo de internacionalização não se assemelha a uma moda passageira, uma vez que o verbo internacionalizar (pode) ultrapassa(r) apenas um ou outro objetivo presente nas páginas desses documentos e vir a se materializar na prática, sendo, diversas vezes, apontado como uma adição à conhecida tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão (Pereira & Heinzle, 2017).

Historicizar a internacionalização, ou pelo menos de seus primórdios, não se resume a traçar um paralelo com o processo de globalização na pós-modernidade, tendo em vista que uma das ações que pode ser considerada como contribuinte para internacionalizar, a mobilidade de alunos/as entre universidades, é recorrente desde a Idade Média (Stallivieri, 2017).

1 O resumo dessa comunicação foi publicado nos anais desse evento e pode ser acessado através do endereço: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/17025>.

2 Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a bolsa IC concedida ao primeiro autor entre 2020 e 2022; bem como agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a atual bolsa de mestrado também concedida ao primeiro autor.

Contudo, a fase contemporânea do que entendemos como globalização tem acelerado essas trocas linguísticas e culturais entre os/as alunos/as, administradores e as próprias instituições, seja por meio de contato direto, como as atividades de mobilidade (presenciais ou virtuais) e as redes de parceria em torno de uma pesquisa interinstitucional, seja por contato indireto, como a leitura/publicação de artigos científicos em outras línguas e a promoção/construção de um currículo voltado a um caráter internacional etc. Nesse novo momento, o espaço e o tempo estão maleáveis permitindo trocas instantâneas de informações e conhecimentos por intermédio da tecnologia e da comunicação, tendo as línguas um papel basilar nessas trocas.

Assim sendo, tal como a globalização, a internacionalização tem constantemente se transformado em um processo irreversível e inevitável para as instituições de ensino superior brasileiras (IES) (Ricento, 2010). E tal como a globalização, não lhe são ignoradas algumas críticas. Leal, Abba e Finardi (2023), por exemplo, problematizam a adoção da internacionalização como um bem incondicional e enxergam nesse processo a negociação do conhecimento como produto de geração de riqueza.

Em relação à definição que mais é utilizada para conceituar esse processo, a de Knight (2020) apresenta-se com maior frequência pois é considerada *neutra*, podendo ser adaptada a qualquer contexto acriticamente. Para ela, a internacionalização é trazer uma dimensão internacional e intercultural às instituições e a suas práticas (Knight, 2020). Como somos vozes do Sul Global e nesse trabalho procuramos adotar uma postura decolonial, faremos o uso do conceito de internacionalização elaborado pelo GPLIES, o Grupo de Pesquisas sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior:

Internacionalização na Educação Superior é um movimento articulado pelas comunidades acadêmicas e não-acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestam de forma transversal nos diferentes setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de ensino. Este movimento envolve a solidariedade e a colaboração entre os parceiros nacionais e internacionais de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional (GPLIES apud Gomes & Santos, 2023, p. 23)

Tratar da internacionalização no contexto brasileiro sem nos deter sobre o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) (Brasil, 2011) é impossível. Esse programa por vezes foi considerado um dos maiores da América Latina no que se refere ao fomento da mobilidade acadêmica (Miho, 2018; Finardi, Guimarães, Amorim & Piccin, 2020). Com o objetivo de conceder mais de 100 mil bolsas a estudantes da (pós)graduação brasileira para cursarem seus estudos em países estrangeiros, o Programa limitou esses destinos a países do Norte Global e em um primeiro momento, apenas a países falantes de língua inglesa.

Nessa decisão de contemplar países do Norte Global e, sobretudo, anglófonos, podemos perceber um movimento que é permeado pelos resquícios do processo de colonialismo, os quais Quijano (2005; 2002) denomina colonialidade. A colonialidade, por sua vez, diz respeito às construções (tidas como naturais e a-históricas) produzidas pelo colonialismo, incluindo a ideia de raça, de papéis de gênero, do patriarcado, de inferioridade dos povos nativos/escravizados, além da legitimação do conheci-

mento europeu positivista como o único válido em detrimento de saberes/conhecimentos do senso comum pertencentes aos “selvagens descobertos” fora desse continente (Quijano, 2005; 2002). Essas colonialidades atravessam nossos corpos, nossos imaginários e nossas práticas, resultando em muitos preconceitos e crimes que acometem nossas sociedades ainda hoje, a exemplo do racismo e da LGBTQIAPN+fobia.

E o processo de internacionalização não se encontra inerte a essas construções, a essa colonialidade. Lima e Maranhão (2009) tratam a internacionalização brasileira como passiva, uma vez que as instituições e os agentes estão olhando para o Norte, para as abordagens, para os modelos que vêm de lá, tentando reproduzi-los no contexto do Sul. Essa passividade também envolve os destinos das mobilidades acadêmicas, que são universidades norte-americanas (leia-se Estados Unidos e Canadá) e europeias, passividade reforçada pelo próprio CsF. No mesmo trajeto, Leal, Abba e Finardi (2023, p. 19) discorrem que as relações com o Sul Global, sobretudo com a América Latina, são marginalizadas e há uma legitimação acrítica do inglês como a língua da internacionalização.

No que diz respeito à língua inglesa, ainda no primeiro momento do CsF, surgiu um conflito que ocasionou dificuldades para o/a candidato/a ou participante prosseguir com sua candidatura ao Programa ou seus estudos em um país anglófono: o Governo Brasileiro não teve uma precaução no que tange à proficiência linguística desses/as estudantes. Em outras palavras, não possibilitou a construção de uma política linguística que oferecesse amparo a esses/as estudantes em seu processo de deslocamento em virtude da mobilidade em um território distante/desconhecido do seu.

Diante desse conflito, os esforços governamentais se pautaram no lançamento de um programa que buscasse auxiliar linguisticamente os/as candidatos/as e ou participantes no CsF nesse processo de concorrer à bolsa ou de estudar em outro país. O Inglês sem Fronteiras (IsF) foi, então, lançado no final daquele ano, 2012, sendo fundamentado na Portaria nº 1.466 (Brasil, 2012). Àquele período, o principal objetivo do IsF estava na “formação e capacitação” dos/as alunos/as para a realização dos testes de proficiência exigidos pelas universidades de destino, majoritariamente o TOEFL ITP (Brasil, 2012). Sobre esses testes, Miho (2018) avalia-os criticamente; segundo a autora, eles são produzidos por grandes empresas do Norte Global e reforçam uma série de mitos e colonialidades, a exemplo do mito do falante nativo, em que as questões, e consequentemente as respostas, são baseadas em um inglês padrão estadunidense/britânico e qualquer afastamento desse padrão é considerado um erro.

Em relação a essa perspectiva, o mito do falante nativo está estritamente vinculado à colonialidade da linguagem, a qual é erguida a partir da racialização, e refere-se a uma visão de língua(gem) a partir de um olhar eurocêntrico que “conecta a língua, a gramática, a civilização e a escrita alfabética ao conhecimento, e naturaliza essas características e atributos como linguagem “em sentido pleno””; segundo Veronelli (2021, p. 92, ênfase da autora). A colonialidade da linguagem é inicialmente produzida nas invasões do colonialismo quando os colonizadores, a partir de seu ideal de língua única para representar uma nação, enxergavam os povos nativos na condição de inferioridade, de incapacidade. Numa conjuntura atual, os seres inferiorizados por essa colonialidade são os/as falantes não nativos de inglês que encontram-se às margens, aqueles/as que se distanciam ou são distanciados do padrão branco dos Estados Unidos ou da Inglaterra.

Ademais, em 2014, houve um grande passo no caminho do pluri/multilinguismo no Brasil: o Governo Federal remodelou o Inglês sem Fronteiras, o qual foi, então, reintitulado de Idiomas sem Fronteiras e abrangeu outros seis idiomas para além do inglês, a saber: alemão, espanhol, francês, italiano, japonês e português como língua estrangeira. Essa mudança importante teve sua validação na Portaria nº 973 (Brasil, 2014), a qual não destaca especificamente os/as alunos/as do CsF, abrindo as vagas dos cursos do Programa para professores/as e técnicos-administrativos das IES, e também foram estendidas à participação de professores/as de línguas das redes públicas de educação básica. Ampliou-se, assim, o entendimento da perspectiva de internacionalização, direcionando os esforços para que esse processo não se desse concentrado somente em uma língua, a língua inglesa, e somente nos/as participantes do CsF (Brasil, 2014).

Duas outras mudanças significativas no Idiomas sem Fronteiras surgem com a Portaria nº 30 de 2016 (Brasil, 2016). A primeira delas é uma sinalização, pela primeira vez, ao desenvolvimento de uma política linguística (voltada à internacionalização) no país, tema do qual trataremos na seção seguinte. Já a segunda foi a oficialização do IsF como um programa de formação inicial de professores/as de línguas, compromisso que o Programa já tinha desde os seus primórdios ainda sob a denominação de Inglês sem Fronteiras (Santos & Gomes, 2018; Nascimento & Mello, 2020), mas que não era uma política oficial(izada).

3. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Quando se pronuncia “política linguística” em algum ambiente fora do acadêmico, as pessoas ali presentes tendem a pensar em algo muito distante, incomum em suas realidades. Entretanto, se explicarmos falando “a sua língua”, temos a chance de desmistificar essa primeira impressão. Peguemos como exemplo uma missa ou um culto: “você consegue falar em qualquer momento nessa celebração? Interromper o padre ou a/o pastor/a? Você pode falar palavrão dentro desse ambiente?”; agora, imaginando uma conversa em um bar na sexta à noite, com amigos/as de muitos anos de convivência, “você vai ter o mesmo comportamento linguístico que teria em um/a missa/culto?”. Com isso, mostramos àquelas pessoas naquele ambiente que a política linguística não está tão longe, faz parte do cotidiano e elas são agentes: (re)formulam, praticam, obedecem e desobedecem as políticas linguísticas (Rajagopalan, 2013).

Dirijamo-nos agora a Leffa (2013), que no prefácio do livro *Política e Políticas Linguísticas* conta-nos uma história de sua infância, envolvendo também política linguística: o seu pai não permitiu que ele aprendesse o dialeto alemão falado pelos avós porque não era uma variedade de prestígio; além disso, o alfabetizou previamente ao início de sua educação escolar. Em outras palavras, podemos considerar que a política linguística sempre fez parte de nossa existência humana, de nossas práticas enquanto falantes de línguas que vivem em uma família, em grupo de amigos/as, em uma comunidade/sociedade. Todavia, seus primórdios enquanto campo de estudo e pesquisas datam da década de 1960 (Ribeiro Da Silva, 2013; Sousa, 2021).

Ao longo das décadas, várias denominações indica(va)m o campo de Política Linguística, mas a primeira manifestação ligada a essa área é datada de 1959 quando Haugen discorre sobre “planejamento linguístico” no contexto da construção de uma língua para a Noruega (Ribeiro Da Silva, 2013; Sousa,

2021). O campo da disciplina Política Linguística nasce atrelado à disciplina de Sociolinguística e tem duas ramificações: política e planejamento linguísticos (PPL). Nessa direção, Calvet (2002) discorre sobre a gestão *in vivo*, a língua no seu uso prático e o modo como seus/as falantes resolvem os problemas relacionados, e a gestão *in vitro*, na qual há uma intervenção governamental a partir das pesquisas dos/as linguistas sobre as línguas e seus problemas. Já Spolsky (2012) subdivide as políticas linguísticas em três categorias: sendo a primeira a língua real, utilizada pelos/as falantes para o ato comunicativo; a segunda refere-se às crenças de uma comunidade em relação à língua; e, por último, a terceira diz respeito a esforços de indivíduos para a modificação de uma língua.

Em síntese, consideramos que a disciplina Política Linguística consiste em uma política linguística, compreendida como uma prática local ou governamental que define “metas a serem atingidas para todas as línguas com as quais se deseja trabalhar e/ou que a sociedade tem contato” e em um planejamento linguístico que “está relacionado a todos os passos, prazos e métricas necessários para que se possa acompanhar a operacionalização das políticas linguísticas, de modo a ser possível fazer ajustes sempre que necessário”, segundo Santos e Gregolin (2023, p. 34).

De modo geral, são apresentadas três fases quando o assunto é PL. Na primeira fase, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1960, o campo de Política Linguística evoluiu em um mundo no qual diversas nações dominadas pela hegemonia colonizadora europeia, sobretudo as do continente africano, estavam em processo de independência das correntes coloniais (mas não de suas marcas, se refletirmos sobre as colonialidades) e seu cerne era a resolução de problemas linguísticos por um viés estruturalista (Hornberger, 2015; Ribeiro Da Silva, 2013; Sousa, 2021). Esse primeiro momento do campo pautava-se na construção de uma identidade nacional dessas nações mediante o ideal de Estado-nação moderno, isto é, monocultural e monolíngue, sendo esse último aspecto sustentado na premissa do monolinguajar, ideologia dos colonizadores de que apenas eles eram dotados da língua(gem) em sentido pleno e capazes de uma comunicação efetiva, inferiorizando os colonizados e suas diversas língua(gen)s que lá estavam bem antes das invasões (Canagarajah, 2012; Veronelli, 2021, p. 82).

Entre as décadas de 1970 e 1980, a segunda fase foi semeada por críticas ao que até então vinha se produzindo no campo. De acordo com Ribeiro da Silva (2013, p. 296-297), essas críticas eram tecidas por teóricos de “orientação marxista e pós-estruturalista”, a exemplo de Ferguson, Kaplan e Baldauf Jr., e eram elencadas mediante os negligenciamentos “[d]as motivações políticas, sociais e ideológicas da atividade”, que seguidamente favoreciam uma implantação nas nações recém independentes das teorias e ideologias inventadas nas metrópoles, sobretudo a ideologia do monolinguismo/monolinguajeio, desprezando-se o pluri e multilinguismo característicos dos colonizados. Ainda fundamentados em Ribeiro da Silva (2013, p. 299), ele discorre que “Ruíz distingue, no contexto norte-americano do início de década de 1980, duas perspectivas concorrentes: língua como problema (*language-as-problem*) e língua como direito (*language-as-right*)”.

Na primeira perspectiva, a diversidade linguística é tida como um problema para o progresso social e da nação, enquanto na segunda perspectiva, existe a defesa ao direito linguístico das comunidades minoritárias ou minoritarizadas. A primeira perspectiva de Ruíz pode ser associada ao que Tollefson

chamou de fase neoclássica, que seria a primeira fase apontada por Hornberger (2015) e pelo próprio Ribeiro da Silva (2013), datada nas décadas de 1950-60; enquanto a segunda perspectiva está ligada à abordagem (ou fase) histórico-estrutural inaugurada nas décadas de 1970-80 (Ribeiro Da Silva, 2013, p. 304-305). Hornberger (2013, p. 10) diz-nos que nessa segunda fase do campo de Política Linguística, os/as pesquisadores/as direcionaram seus estudos para as desigualdades tanto presentes no acesso à educação quanto na mobilidade socioeconômica. Em relação à terceira fase do campo, ela disserta que seu início foi paralelo ao início da década de 1990.

A autora (2013, p. 10, nossa tradução) enumera alguns fatores que motivaram o surgimento dessa fase, a maioria deles desdobramentos do processo de globalização pós-moderno (Canagarajah, 2012; Miglioli, 1999), tais como o fluxo migratório de indivíduos ou populações, o capitalismo neoliberal, as discussões acerca das questões identitárias, culturais e locais, além de “paradigmas de pesquisa pós-modernos e [da] atenção aos direitos humanos linguísticos”. Em síntese, a terceira fase, na qual ainda nos encontramos, está definida no ato de reconhecer as políticas linguísticas como multidimensionais, interdisciplinares, não mais limitadas aos objetos linguísticos e educacionais; as relações de poder e não neutralidade do campo são levados em consideração. Assim como, nessa fase, a diversidade linguística não é mais incorporada como um problema e há o seu (re)conhecimento, pesquisas e lutas em torno dessa diversidade; o público e os/as ativistas desempenham um papel mais (particip)ativo na (re) formulação, implementação e nas pesquisas em/das políticas linguísticas.

No Brasil, as pesquisas que se debruça(ra)m sobre as políticas linguísticas são recentes. Vejamos os dados de publicações em periódicos brasileiros apresentados por Sousa, Ponte e Sousa-Bernini (2019, p. 22-23): na década de 1990 apenas foram publicados 3 resumos que estavam ligados ao campo (a partir da identificação de expressões como planejamento linguístico ou política de línguas). Em periódicos, as publicações começaram a apresentar um número considerável quando houve um salto de 3 resumos em 2008 para 10 resumos em 2009. Para as autoras, esses números dão um

indicativo de que a caracterização do campo, no Brasil, teve uma configuração diferente daquela periodização do cenário internacional. Enquanto na década de 1990, no cenário internacional, houve uma profusão de pesquisas em PPL (HORNBERGER, 2009), em nosso país, essas pesquisas emergiram somente a partir de 2009, respectivamente, quase 20 anos depois. Utilizando a metáfora do ciclo de vida, poderíamos afirmar que a área de PPL em nosso país estava sendo gestada na década de 1990 e início dos anos 2000 para finalmente nascer em 2009. (Sousa, Ponte & Sousa-Bernini, 2019, p. 23-24)

Essas autoras, igualmente, procuraram identificar a recorrência das pesquisas no campo em resumos de teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Nível de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 5 anos, entre 2013 e 2017, e os números encontrados foram bastante significativos: 130 trabalhos foram produzidos levando em considerações as questões que integram os interesses do campo.

É ainda mais recente em nosso país, as pesquisas que ligam ou estudam as (ou a relação entre) políticas linguísticas e a internacionalização do ensino superior. Para uma melhor compreensão, peguemos os

dados do mapeamento realizado por Guimarães e Pereira (2021), que analisaram no período de 10 anos, entre 2009 e 2019, teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (BTD) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em busca de pesquisas que contemplassem internacionalização juntamente a políticas linguísticas. Na década contemplada pelas análises de Guimarães e Pereira (2021, p. 5600), houve a publicação de somente 32 trabalhos, porém, o que merece mesmo ser destacado é o fato de que o primeiro trabalho sobre as temáticas só veio a ser publicado em 2012.

O total de 46% desses trabalhos focam em políticas linguísticas e internacionalização referentes a programas governamentais (Guimarães & Pereira, 2021, p. 5603). E nesse sentido, ressaltamos a proeminência do Idiomas sem Fronteiras, lançado como Inglês sem Fronteiras em 2012, conforme já apontado acima. As práticas e pesquisas que nasceram e estão nascendo no âmbito do IsF tanto têm discutido quanto têm incentivado a formulação de políticas linguísticas para a internacionalização do nosso ensino superior. Para tanto, tivemos a Portaria nº 30/2016, que tornou o Programa documentalmente comprometido com o desenvolvimento de uma política linguística para o país e o Edital de Recredenciamento nº 29/2017, sendo “o primeiro momento na história das Instituições de Ensino Superior Brasileiras em que um movimento em direção à institucionalização de Políticas Linguísticas foi observado” (Brasil, 2016; 2017; Gomes & Santos, 2023, p. 20).

O objetivo desse Edital era recredenciar as IES participantes do Programa IsF para que continuassem exercendo as atividades como Núcleo de Línguas (NucLis). Em contrapartida, um dos requerimentos para que esse recredenciamento fosse consolidado era

III.5.1.2. Demonstrar, por meio de documentos oficiais, a existência de política de ensino de idiomas (política linguística) no âmbito da universidade, indicando como as ações do Programa IsF, bem como do Centro de Línguas (se houver) da universidade, são reconhecidas como instrumento de internacionalização no âmbito das atividades institucionais, da promoção da carreira dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) e da formação dos alunos. (Brasil, 2017, p. 22, ênfase nossa)

Com esse esforço, uma quantidade superior a 50 documentos de políticas linguísticas foi apresentada (Gomes & Santos, 2023). Nessa postura, podemos perceber que os/as agentes que fazem o Programa, como agentes políticos/as que são, fomentaram essa discussão em um tempo muito breve em relação ao primeiro trabalho publicado sobre a temática (Guimarães & Pereira, 2021), uma diferença de apenas 4 anos (entre 2012 e 2016). Esses/as agentes fomentam discussões e caminhos para a criação de novas políticas, estudos, mas também (res)significam as políticas institucionalizadas por agentes superiores, como o próprio governo federal, conforme suas possibilidades, competências e deveres desempenhados a partir de uma reestruturação das práticas locais, concedendo um olhar brasileiro à internacionalização (Dorigon, 2016; Gomes & Santos, 2023).

Finalmente, considerando todo o exposto até aqui, partimos para o objetivo deste trabalho: identificar as línguas (não) mencionadas em políticas linguísticas com vistas à internacionalização de IES da Região Nordeste. Na próxima seção apresentamos a metodologia para, em seguida, apresentar os resultados.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Em primeiro lugar, precisamos situar quem somos, onde estamos e que trabalho é este. O primeiro autor é um homem negro, nordestino, não heterossexual e está cursando o mestrado em uma universidade pública da Região Nordeste. A segunda autora é uma mulher branca, nordestina, heterossexual e docente de uma universidade federal nordestina. Salientamos que o Nordeste, assim como a Região Norte do país é um Sul epistêmico, ou seja, somos inferiorizados como periféricos por estarmos distanciados da metrópole, do Norte Global fabricado nas regiões geográficas sul e sudeste por ideologias, mitos e colonialidades naturalizadas no Brasil durante séculos.

Por isso, a pesquisa aqui contemplada busca olhar para o Sul com olhos do Sul, em outras palavras, é uma pesquisa sobre IES nordestinas realizada por nordestinos. Nessa ótica, essa pesquisa é resultado de um projeto de iniciação científica inserido no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o qual teve o primeiro autor como bolsista CNPq, a segunda autora como co-coordenadora e o Prof. Dr. Rodrigo Belfort Gomes (CODAP/UFS) como coordenador. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de setembro de 2021 e agosto de 2022 e foi intitulada “Pesquisas nas políticas linguísticas em busca de ações de internacionalização e a relação com IsF”.

O *corpus* analisado foi 16 PLs voltadas à internacionalização de 16 IES do Nordeste. O critério foi a disponibilidade e a publicação dessas PLs no Repositório Institucional do Idiomas sem Fronteiras, salvo as PLs de duas universidades (UFPB e UFPE) que não estavam disponibilizadas no Repositório, mas que devido à sua importância para o contexto foram adicionadas posteriormente. As instituições pesquisadas foram (cada uma com uma PL):

Quadro 1: IES pesquisadas e suas respectivas siglas

IES pesquisadas e suas respectivas siglas
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Instituto Federal de Alagoas - IFAL
Instituto Federal do Sertão Pernambuco - IF Sertão-PE
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Universidade de Pernambuco - UPE
Universidade Estadual do Ceará - UECE
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal do Ceará - UFC
Universidade Federal do Cariri - UFCA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar quais línguas foram mencionadas ou não nessas políticas linguísticas, recorte que trazemos aqui, de forma ampliada. Metodologicamente, é uma pesquisa qualitativa, de base interpretativista e que se concentra na área de Linguística Aplicada (LA):

cujo objetivo é o de compreender como, na e pela linguagem, nas interações entre sujeitos, histórica e socialmente situados, na realidade concreta e na vida social, constroem-se narrativas sobre os seres humanos, suas histórias de vida, seus pertencimentos, suas afetividades e suas relações institucionais e pessoais (Oliveira, 2021, p. 24)

Além disso, seguimos Pennycook (2006) e entendemos essa LA como transgressiva, que não se acomoda dentro de fronteiras e se entrelaça com outras disciplinas, com outros temas, com outros corpos. Do mesmo modo, concordamos com Silva Júnior e Matos (2019) no entendimento de que a LA precisa ser suleada, contemplando as vozes, as pesquisas e as indisciplinas de quem é ou está no ou ao Sul das epistemologias e existências, produzindo suas pesquisas e resistências.

4. ENTRELAÇANDO LÍNGUAS, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO

As crises que são características e consequências do processo de globalização lançam luz, dúvidas e problematizações em nossas vidas, como também em tudo que delas fazem parte; ou seja, nossas construções ideológicas, culturais, linguísticas etc. estão em crise, sempre sendo problematizadas. Uma dessas construções é a língua. Língua não é mais um sistema, não deve ser mais tida no singular, uma vez que uma língua é ao mesmo tempo várias, nem deve ser vista como única, representando um único povo e uma única nação, nem tampouco é nessa língua que se aceita pacificamente políticas *top-down*, de cima para baixo (Menezes De Souza, 2019; Marques & Jordão, 2022; Canagarajah, 2012). Para Menezes de Souza (2019, p. 295, ênfase do autor), a língua não possui mais “contornos fixos”, agora possui “um conjunto de *repertórios* e *práticas* que vão variar de lugar para lugar, de *contexto* para *contexto*”. Atualmente, a importância (dos usos) da língua para seus e suas falantes concentra-se nos “seus modos de produzir e atribuir sentidos, seus processos colaborativos, suas estratégias interativas de negociação, mais do que meramente o uso correto de estruturas gramaticais em conformidade com uma ou várias normas” (Marques & Jordão, 2022, P. 120). Jordão (2016, p. 193, nossa tradução) acrescenta:

Nós parecemos ter esquecido (se nós realmente sabíamos) que uma língua não é um meio neutro para a transmissão de sentidos criados nas mentes de algumas pessoas para serem transmitidos para outras pessoas. Uma língua é sempre um lugar contestado, um espaço dialógico onde as pessoas constroem sentidos, identidades, conhecimentos, e também são construídas pelas associações, ligações, relações produzidas entre os sentidos; tais sentidos e relações são, por sua vez, loci onde as identidades são performadas. Uma língua tem história, ela existe em territórios políticos, ideologicamente marcados e sempre em mudança. Uma língua, assim como a Língua Inglesa, tem sua própria história, suas ideologias específicas, seus sentidos particulares, associações e usuários/as, todos eles/as identificados/as, construídos/as, relacionados/as de modos específicos, nunca neutros, nunca inocentes.

A análise sobre o modo pelo qual a(s) língua(s) é(são) entendida(s) é de suma importância para o estudo aqui proposto, uma vez que a escolha linguística é um ato político e de poder. Com a globa-

lização e o estreitamento das distâncias espaço-tempo, as interações internacionais se tornaram cada vez planejadas, a exemplo do que pode ser visto nas universidades, no que se refere aos processos de internacionalização, principalmente quando falamos em internacionalização em casa.

Nesse caminho, as sociedades e as instituições do mundo globalizado são de características pluri e multilíngue, assim como eram nossas sociedades ancestrais anteriormente ao processo de colonização e o seu apagamento dessas características com o projeto de modernidade pautado na tríade herderiana que ligava a língua a um território e a uma identidade nacional fixa e imutável (Canagarajah, 2012; Marques & Jordão, 2022). Assim, nesse novo mundo, intermediado por tecnologias avançadas, nós estamos trocando informações e convivendo de maneira fluida linguisticamente, o que, para Marques e Jordão (2022), refere-se à translíngua, ao uso de uma língua híbrida, como o portunhol, na qual falantes de identidades, culturas, territórios diferentes, de línguas próximas ou não (Canagarajah, 2012) se comunicam sem gerar problemas, (re)negociando os sentidos, os significados, seja pela escrita, pela oralidade, pelo gestual, face-a-face ou através de uma câmera. Menezes de Souza (2019) e Jordão (2016) conta-nos que a língua inglesa, por exemplo, agora é várias, não pertence a um único povo, não traduz um tipo apenas de corpo, não está presa em um espaço geográfico cercado por fronteiras imóveis.

Por esse viés, concordamos com Leal, Abba e Finardi (2023), Moraes e Leal (2021) e Finardi et al. (2020), quando não devemos pensar a língua inglesa como a única capaz de internacionalizar uma instituição. A internacionalização não deve ser de uma língua só, deve ser de muitas. E o Idiomas sem Fronteiras mostra um caminho possível ao trabalhar com mais de uma língua, dependendo da instituição, e promovendo as discussões e as construções de políticas linguísticas relacionados a esse processo. Abaixo, apresentamos no quadro 2 as línguas identificadas em cada uma das 16 PLs das 16 IES pesquisadas:

Quadro 2 - línguas (não) mencionadas e as instituições de cada PL

Sigla da instituição	Línguas (não) mencionadas
UFS	Português como Língua Estrangeira (PLE), Inglês, espanhol e Francês
IFAL	Inglês, Espanhol, Português como Língua Adicional (PLA), Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
IF Sertão-PE	Línguas estrangeiras (LEs), LIBRAS, PLA
UFMA	Português, Francês, Espanhol e Inglês
UFPI	LEs, Português como Língua Materna (PLM) e/ou para fins acadêmicos (PFA), PLA, Português como Segunda Língua (PL2) para pessoas surdas, LIBRAS
UFRN	Línguas oficiais brasileiras, LIBRAS e LEs.
UPE	Português e LEs (com ênfase na inglesa)
UECE	Português, LIBRAS, línguas adicionais (LAs)
UESC	PLE, LIBRAS, línguas indígenas, LEs (Inglês, francês e espanhol), LAs de instrução, outras línguas
UFBA	LEs, PLE
UFC	LEs
UFCA	LEs e PLE
UFRB	LEs, PLE, PLA, LIBRAS
UFRPE	LEs, PLE/A, LIBRAS
UFPB	Línguas maternas, segundas, estrangeiras, adicionais, de acolhimento, de sinais
UFPE	Português e LEs

Fonte: elaborado pelos autores.

O primeiro ponto merecedor de destaque é o fato de que nenhuma instituição em sua PL privilegiou apenas a língua inglesa, embora a Universidade de Pernambuco (UPE, 2018) tenha dado ênfase a essa língua. Isso evidencia como as IES parecem estar em concordância com os tempos globalizados que estamos vivendo e que favorecer uma língua só limitaria as possibilidades de trocas. Também podemos aferir que as PLs são multilíngues à medida que o Idiomas sem Fronteiras é um programa que se aproxima, na teoria e na prática, de um projeto pluri/multilíngue desde sua reformulação em 2014 (Brasil, 2014).

Ademais, é possível identificar nessas PLs uma preferência por trabalhar com as línguas que já são ofertadas em seus contextos por meio dos cursos do IsF, como é o caso da Universidade Federal de Sergipe (2018). De modo habitual, as línguas que fazem parte do Programa em cada instituição são também as línguas dos cursos de licenciatura em Letras. Igualmente, esse movimento das IES em suas PLs testemunha a importância que o Programa possui para a instituição e, ao mesmo tempo que fomenta a construção desses documentos por intermédio da Portaria nº 30/2016 e do Edital de Recredenciamento nº 29/2017 (Brasil, 2016, 2017), é transformado em um ator que pode colaborar para que os objetivos das PLs possam ser concretizados na prática mediante um planejamento linguístico (Santos & Gregolin, 2023).

Houve um resultado pelo qual não estávamos esperando no momento em que realizávamos as análises: 9 das 16 instituições pesquisadas colocaram em suas políticas a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, e apenas 1, a Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2018) colocou Português como Segunda Língua (PL2) para pessoas surdas. Pela adição da LIBRAS e do PL2 para pessoas surdas, essas instituições entendem, desse modo, essa língua gestual-visual enquanto uma língua relevante e necessária tal quanto as línguas verbais e orais, privilegiadas pelo projeto moderno de monolinguismo, de língua como um sistema gramatical (Veronelli, 2021; Canagarajah, 2012; Marques & Jordão, 2022). Nesse passo, as IES mostram que também estão olhando para seus/as alunos/as minoritários e minoritarizados, para esses corpos outros que somente conseguiram uma vaga no ensino superior branco e eurocentrado depois da aprovação da Lei de Cotas. Essa iniciativa consiste numa postura decolonial por parte dessas instituições, intencionando, assim, uma internacionalização mais inclusiva, menos eurocentrada física e teoricamente.

Depreendemos como outra postura decolonial a adição de “línguas indígenas” na PL da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, 2018), embora essas línguas não sejam especificadas. Esse é um outro movimento que pode estar ancorado na Lei de Cotas, a qual abre as portas das salas de aulas das instituições de ensino superior que sempre pesquisaram os povos nativos como seres inferiores e racializados, seguindo os moldes higienistas e positivistas inventados na Europa e disseminados aqui a partir da invasão (Quijano, 2005, 2002; Veronelli, 2021; Moraes & Leal, 2021).

Voltamo-nos ainda à PL da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2020) que, apesar de também não especificar, lança um olhar para “língua(s) de acolhimento”. Nesses tempos e mundo globalizados, as constantes crises produzem guerras internas e externas, guerras bélicas, guerras por causa da falta de acesso à comida e água, guerras em torno do simples direito à existência nesse Planeta, realida-

des que forçam os acontecimentos das migrações. (Citamos como exemplo dessas migrações, a crise corriqueira venezuelana, a guerra de dois anos entre Rússia e Ucrânia, além da recente entre Israel e Palestina e as invisibilizadas no continente africano.) A instituição de ensino superior brasileira está em um país multi/intercultural e ter esse olhar cuidadoso na elaboração de um documento tão significativo, afinal só somos uma sociedade através de uma comunicação linguística, mostra o quanto a UFPB (2020) e as demais 15 IES nordestinas estão dando passos e adotando posturas decoloniais, suleadas (Silva Júnior & Matos, 2019; Moraes & Leal, 2021).

Finalmente, chegamos ao último ponto de análise: a(s) nomenclatura(s) utilizadas pelas IES nordestinas para se referir às línguas abrangidas por suas PLs. Em geral, as nomenclaturas são “línguas estrangeiras”, “línguas adicionais”, “línguas oficiais brasileiras”, dentre outras, como mostra o quadro acima. Em números, 12 das 16 instituições pesquisadas não especificam quais línguas adotam ou pretendem adotar em suas políticas com fins de internacionalização. A partir desse comportamento podemos fazer duas reflexões pertinentes. Em um olhar inicial, podemos entender essa postura como valorosa, levando em consideração que as possibilidades de trocas linguísticas estão cada dia mais ricas e não delimitar as línguas nas propostas desses documentos viabiliza a adição de outras línguas a posteriori, incluindo, a título de exemplo, línguas faladas por estudantes migrantes.

Contudo, por um outro olhar, essa não especificação de línguas pode causar exclusões e uma impressão de ausência (afinal, em que línguas, nominalmente dispostas, a internacionalização da instituição dar-se-á?). Essas exclusões seriam de línguas minoritárias, daquelas que não possuem um espaço consolidado nas práticas e documentos da instituição por não haver um grupo significativo de falantes, nem um curso de licenciatura na graduação.

As questões levantadas aqui trazem-nos mais inquietações, mais interrogações. Esperamos que, com esses achados e essas contribuições, continuemos andando em busca de uma internacionalização mais inclusiva, solidária, por meio de políticas e práticas linguísticas mais horizontalizadas, suleadas, decoloniais e, sobretudo, pluri/multilíngues.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR

Os fatores externos, as crises e os desdobramentos do processo de globalização, ao mesmo tempo, influenciam e cobram das instituições de ensino superior uma resposta (Leal; Abba & Finardi, 2023; Stallivieri, 2017; Miglioli, 1999). A resposta que vem sendo dada é a internacionalização, processo que está, a cada dia, mais presente e (se) materializa(n)do nessas instituições, ocasionalmente sendo considerado uma quarta missão, alinhando-se a ensino, pesquisa e extensão (Pereira & Heinzle, 2017). No Brasil, esse processo é amparado desde 2012 pelo Programa Idiomas sem Fronteiras através do fomento ao ensino-aprendizagem de sete línguas estrangeiras, que favorecem a solidificação da internacionalização por meio de várias atividades, da apresentação de um trabalho oral em língua estrangeira até a mobilidade em outro país. O IsF foi o ator responsável pelo incentivo à discussão e construção de políticas linguísticas que se voltem à internacionalização das/nas IES brasileiras em suas inúmeras realidades.

A partir desse incentivo surgiram as Portarias nº 30/2016 e o Edital de Recredenciamento nº 29/2017, comprometendo-se com e requerendo uma política linguística por parte das IES que objetivavam continuar participando do Programa na condição de Núcleo de Línguas, NucLis (Brasil, 2016; 2017). Assim, tivemos como objetivo identificar as línguas (não) mencionadas em 16 políticas linguísticas das mais de 50 apresentadas no contexto do Edital de Recredenciamento (Gomes & Santos, 2023), contudo, englobando apenas IES nordestinas. Essa foi uma postura que baseou-se em uma visão suleada/transgressiva da Linguística Aplicada, concedendo nosso olhar do Sul para o Sul, nesse caso, a Região Nordeste, que apesar de geograficamente não estar no sul, encontra-se em um Sul epistêmico dentro do país, produzido por colonialidades (Silva Júnior & Matos, 2019; Pennycook, 2006).

Os principais achados (e as reflexões proporcionadas por eles) revelam-nos uma atenção por parte das IES em trabalhar com as línguas que já fazem parte do seu cotidiano, mais precisamente com as línguas que são ofertadas nos cursos do Idiomas sem Fronteiras, o que, mais uma vez, testemunha a relevância do Programa como um ator que possibilita a implantação dessa PL na prática institucional, além de ter fomentado à construção do próprio documento. Um achado inesperado foi a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas PLs pela maioria das IES pesquisadas, o que nos cabe refletir sobre um posicionamento institucional que infere sobre as possibilidades de tornar a internacionalização um processo mais inclusivo aos diferentes agentes formadores de uma IES e suas necessidades, nesse caso, linguísticas/de acessibilidade.

Em última análise, cabe pontuar que muitas instituições preferiram utilizar de nomenclaturas (“línguas estrangeiras”, “línguas adicionais”) para representar as línguas acolhidas na PL. Podemos enxergar esse passo como inclusivo, pois não delimita as línguas abrangidas; ou, por outro lado, como um passo excludente, tendo em conta que não especificar as línguas pode acarretar a exclusão de línguas minoritárias. Por fim, esperamos suscitar com este trabalho debates que tragam outras reflexões sobre as línguas e políticas linguísticas envolvidas no processo de internacionalização e, dessa maneira, promover melhorias/adaptações nesses documentos e o amadurecimento dos temas pesquisados.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Edital n. 29/2017. Edital de chamada pública para credenciamento de Universidades Federais para atuação como Núcleo de Línguas (NucLi- IsF) no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_29_2017.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria MEC 30/2016. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2016/janeiro/Portaria_30_IdiomassemFronteiras_2016.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa Idiomas sem Fronteiras. Portaria n. 973, de 14 de novembro de 2014. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

Brasil. Portaria No 1.466, de 18 de dezembro de 2012. Institui o Programa Inglês sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf.

Brasil. Programa Ciências sem Fronteiras. Decreto no 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 26 jul. 2021.

- Calvet, L. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo, SP: Parábola Editorial.
- Canagarajah, S. (2012). *Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. London/New York: Routledge.
- Dorigon, T. (2016). O Programa Idiomas sem Fronteiras Analisado a partir do Ciclo de Políticas. *BELT - Brazilian English Language Teaching Journal*, s4-s20. <https://doi.org/10.15448/2178-3640.2015.s.21009>.
- Finardi, K. R., Guimarães, F. F., Amorim, G. B., & Piccin, G. F. O. (2020). Internationalization and Languages Policies in Brazil: quality and assessment evidence from a glocal proposal. In Calvo, L. C. S., El Kadri, M. S., & Passoni, T. P. (Eds.), *Languages Policies and Internationalization of Higher Education Institutions in Brazil: contributions from Applied Linguists* (p. 25-42). Campinas, SP: Pontes Editores.
- Gomes, R. B., & Santos, E. M. (2023). Da Política ao Planejamento Linguístico: Por uma construção coletiva em prol da Internacionalização. In Chagas; L. A., & Coelho, J. P. P. (Eds.), *Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis* (p. 17-31). Cassiândia, MS: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul.
- Guimarães, R. M., & Pereira, L. S. M. (2021). Mapeamento dos estudos sobre políticas linguísticas e internacionalização no Brasil: uma selfie. *Fórum Linguístico*, 18(1), 5596-5617.
- Hornberger, N. H. (2015). Selecting Appropriate Research Methods in LPP Research: methodological rich points. In Hult, F. M., & Johnson, D. C. (Eds.), *Research Methods in Language Policy and Planning: A Practical Guide* (p. 9-20). John Wiley & Sons.
- IFAL - Instituto Federal de Alagoas. Resolução nº 24/2018. Aprova a Política Linguística do Ifal, dispondo sobre seus valores, sua estrutura de governança e competência no âmbito do Instituto.
- IF Sertão-PE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Resolução nº 54/2018 do Conselho Superior. Aprova o Regulamento da Política Linguística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE.
- Jordão, C. M. (2016). Decolonizing identities: English for internationalization in a Brazilian university. *Interfaces Brasil/ Canadá*, 16(1), 191–209.
- Knight, J. (2020). *Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios* (2ª ed.). São Leopoldo, RS: Oikos.
- Leal, F., Abba, M. J., & Finardi, K. (2023). Imersos no imaginário global dominante: refletindo sobre os discursos de internacionalização da educação superior no Brasil. In: *Anais do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência em Administração*, 2023.
- Lima, M. C., & Maranhão, C. M. S. D. A. (2009). O sistema de educação superior mundial: Entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 14(3), 583-610.
- Leffa, V. J. (2013). Prefácio. In Nicolaidese, C., Silva, K. A., Rocha, C. H., & Tilio, R. (Eds.), *Política e Políticas Linguísticas* (p. 7-10). Campinas, SP: Pontes Editores.
- Marques, A. N., & Jordão, C. M. (2022). Translinguagem e desinvenção no ensino-aprendizagem de inglês. *Árboles y Rizomas*, IV(2), 114-130.
- Menezes de Souza, L. M. T. (2019). Educação Linguística: repensando os conceitos de língua e linguagem. In Ferraz, D., & Kawachi-Furlan, C. J. (Eds.), *Bate-papo com educadores linguísticos: letramentos, formação docente e criticidade* (p. 244-258). São Paulo, SP: Pimenta Cultural.
- Miglioli, J. (1999). A globalização numa visão histórica. *Estudos de Sociologia*, 6, 154-162.
- Miho, S. R. G. (2018). Globalização, internacionalização e proficiência em língua inglesa: Entre as fronteiras da colonialidade. *Revista Desempenho*, 28(1), 1-18.

- Moraes, M. C. B., & Leal, F. G. (2021). Globalização, (de)colonialidade e (contra)hegemonia no contexto da internacionalização da educação superior: o grito surdo da academia. *REAd, Revista Eletrônica de Administração*, 27(2), 313-342.
- Nascimento, A. K. O., & Mello, T. F. (2020). A implantação do Nucli UFS e a formação inicial de professores: realidades e possibilidades. *The Specialist*, 41(2), 1-12.
- Oliveira, M. B. F. (2021). A Linguística Aplicada: Definições E Áreas De Atuação. In Mussi, M. V. F. (Org.), *Linguística Aplicada: panorama de estudos teóricos e práticos no Nordeste* (p. 20-33). São Paulo, SP: Pimenta Cultural.
- Pennycook, A. (2006). Uma linguística aplicada transgressiva. In L. P. Moita Lopes (Org.), *Por Uma Linguística Aplicada INdisciplinar* (2ª ed., p. 67-84). São Paulo: Parábola Editorial.
- Pereira, P., & Heinzle, M. R. S. (2017). Internacionalização: a quarta missão da Universidade. *Revista Internacional De Educação Superior*, 3(3), 719-722. <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i3.7794>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas* (p. 117-142). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, (37), 4-28. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>
- Rajagopalan, K. Política Linguística: do que é que se trata, afinal?. In Nicolaidis, C., Silva, K. A., Rocha, C. H., & Tilio, R. (Eds.), *Política e Políticas Linguísticas* (p. 19-42). Campinas, SP: Pontes Editores.
- Ribeiro da Silva, E. (2013). A Pesquisa Em Política Linguística: Histórico, Desenvolvimento E Pressupostos Epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 52(2), 289-320.
- Ricento, T. (2010). Language policy and globalization. In N. Coupland (Ed.), *The Handbook of Language and Globalization* (p. 123-141). Malden, MA: Blackwell.
- Santos, E. M., & Gomes, R. B. (2018). O ISF-UFS e a formação de professores crítico-reflexivos. *Leitura*, 2(61), 25-42.
- Santos, E. M., & Gregolin, I. V. (2023). Planejamento Linguístico: um processo coletivo voltado para a materialização da Política Linguística da instituição. In L. A. Chagas, & J. P. P. Coelho (Orgs.), *Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis* (p. 32-46). Cassilândia, MS: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul.
- Silva Júnior, A. C., & Matos, D. C. V. da S. (2019). Linguística Aplicada e o SULear: práticas decoloniais na educação linguística em espanhol. *Revista Interdisciplinar Sulear*, Ano 2(2), 101-116.
- Sousa, S. C. T. (2021). Os estudos de política linguística na região nordeste: um espaço em construção. In Mussi, M. V. F. (Org.), *Linguística Aplicada: panorama de estudos teóricos e práticos no Nordeste* (p. 192-219). São Paulo, SP: Pimenta Cultural.
- Sousa, S. C. T., Ponte, A. S., & Sousa-Bernini, E. N. B. (2019). A área de política e planejamento linguístico no cenário internacional e nacional. In Sousa, S. C. T., Ponte, A. S. & Sousa-Bernini, E. N. B. (Orgs.), *Fotografias da política linguística na pós-graduação no Brasil* (p. 9-50). João Pessoa, PB: Editora UFPB.
- Spolsky, B. (2012). What is language policy? In B. Spolsky (Ed.), *The Cambridge handbook of language policy* (p. 3-15). United Kingdom, UK: Cambridge University Press.
- Stallivieri, L. (2017). Compreendendo a internacionalização da educação superior. *Revista de Educação do Cogeime*, Ano 26(50), 15-36.
- UECE - Universidade Estadual do Ceará. Resolução CONSU nº 1441/2018. Institui a Política Linguística Institucional da UECE e dá outras providências.
- UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz. Resolução CONSU nº 07/2018. Aprova a Política Linguística da UESC, definindo princípios, ações e competências para sua aplicação.

UFBA - Universidade Federal da Bahia. Resolução nº 01/2018. Dispõe sobre a Política Linguística Institucional da Universidade Federal da Bahia.

UFCA - Universidade Federal do Cariri. Resolução Nº 27/CONSUP, de 28 de agosto de 2018. Aprova, ad referendum, do Conselho Superior Pro Tempore — Consup, a Política Linguística Institucional da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

UFC - Universidade Federal do Ceará. Pró-reitoria de Relações Internacionais. Plano de Internacionalização da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2017.

UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Minuta de Resolução nº XXX de XX de janeiro de 2017. Intitui a política linguística e de internacionalização da UFMA.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba. Resolução nº 15/2020. Regulamenta a Política Linguística da Universidade Federal da Paraíba.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Resolução Nº 03/2018. Institui e regulamenta a Política Linguística da UFPE.

UFPI - Universidade Federal do Piauí. Resolução nº 82/2018. Dispõe sobre a Política Linguística Institucional da Universidade Federal do Piauí para Ensino, pesquisa e extensão.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução nº 01/2018. Dispõe sobre a estrutura e competências da Política Linguística no âmbito da universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Resolução nº 44/2017/CONSEPE. Dispõe sobre a política linguística da UFRN.

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Resolução nº 121/2018. Institui “Ad referendum” deste Conselho, a Política Linguística da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com diretrizes para ações na área de idiomas, considerando o processo de internacionalização da UFRPE.

UFS - Universidade Federal de Sergipe. Resolução Nº 35/2018/CONEPE. Aprova a Política Linguística da UFS.

UPE - Universidade de Pernambuco. Resolução CEPE nº 72/2018. Aprova a criação da Política Linguística da Universidade de Pernambuco.

Veronelli, G. (2021). Sobre a colonialidade da linguagem. *Revista X*, 16(1), 80-100.